

# Os fatos e os números que apontam para o pior

Apesar de já ter conquistado fama por sua conhecida intempestividade verbal, o ministro Bresser Pereira ultrapassou todos os limites na última segunda-feira, no Rio de Janeiro, quando afirmou que o déficit público não é (sic) a causa primária da inflação. Além de controvertida, essa declaração pecou pelo seu estabanado timing, já que foi feita pouco antes da reunião ministerial marcada para amanhã, na qual — segundo se informa — o presidente Sarney finalmente dará “carta branca” ao ministro da Fazenda a fim de que ele possa “fazer todos os cortes necessários nos gastos do governo”.

No entanto, ao descartar o déficit como causa fundamental da inflação, o ministro esvaziou a reunião ministerial e todas as decisões que nela, com a costumeira encenação, vierem a ser tomadas. E fez isso com um tom de arrogância revelador não só da sua insatisfação crescente diante da onda de resultados negativos que vai minando a confiança inicialmente depositada em sua política econômica, mas talvez também de uma “opção íntima” que ele possa ter feito (veja editorial ao lado).

O curioso é que, tendo negado a importância do déficit, o ministro caiu em contradição logo depois, ao dizer que a inflação atual tem origem nas pressões decorrentes da defasagem de preços e pressões de custos originárias do congelamento, afi incluídas, é claro, as tarifas e preços das empresas estatais deficitárias, inchadas pelo empreguismo, pela sua crônica ineficiência e pela sua utilização como instrumento arrecadador de tributos, como é o caso da Petrobrás, cujos preços poderiam ser bem mais baixos se não fosse a tributação neles embutida para cobrir parte do déficit gerado em outras áreas da administração, os empréstimos compulsórios (idem, idem) e a condição de monopólio estadual, que inibe a concorrência.

Mas ainda que a reunião de amanhã dê mesmo “plenos poderes” ao ministro da Fazenda (leia-se o apoio do PMDB e do próprio presidente da República aos cortes), isso não terá mais — como sempre, aliás — do que um efeito retórico. É preciso lembrar que já estamos praticamente em setembro, isto é, que restam somente quatro meses para diminuir os gastos da União, dos Estados e municípios e das empresas estatais. Em outras palavras, não há mais tempo material para realizar os cortes pretendidos, simplesmente porque o dinheiro já foi gasto e mais ainda será despendido até que o ministro da Fazenda e sua equipe consigam pôr mãos à obra.

Os números do buraco nas contas oficiais são estarcedores. A estimativa mais recente aponta para um déficit de Cz\$ 692 bilhões, que corresponde a 6,2% do Produto Interno Bruto (PIB), no conceito operacional. Para chegar à meta de 3,5% do PIB, será preciso, portanto, cortar Cz\$ 304 bilhões, assim divididos: União, Cz\$ 124 bilhões; Estados e municípios, Cz\$ 60 bilhões; empresas estatais, Cz\$ 120 bilhões. A alternativa para essa redução de gastos é o aumento da receita, via elevação das tarifas e preços das empresas estatais, o aumento da arrecadação do IR na fonte ou uma expansão suicida das emissões de moeda. Naturalmente, todas essas “soluções” alternativas encerram graves inconvenientes, por serem inflacionárias ou por derrubarem mais ainda a economia.

Assim — a se acreditar na sinceridade das intenções do ministro — a reunião de amanhã se encaminha para um embate entre Bresser Pereira e o PMDB, pois será essencial rever os compromissos assumidos pelo presidente da República com os governadores “afinados” com a tese do mandato de cinco anos, sem dúvida uma das principais causas do descontrole das contas do governo. E mesmo que ele, pessoalmente, consiga este apoio, a questão é saber se o PMDB moderado conseguirá sobrepor-se ao PMDB radical (responsável pela elaboração do documento sobre a negociação da dívida externa, publicado pela Fundação Pedroso Horta, que se opõe a qualquer tipo de entendimento com os credores e até propõe a “ampliação da moratória”) também na preferência pessoal do presidente Sarney...

Mas, ainda que consiga superar todos esses obstáculos, lamentamos recordá-lo, isso não representará, em absoluto, uma garantia de sucesso. Restará ainda pela frente o maior de todos eles. Basta lembrar, por exemplo, que o ex-ministro Delfim Netto, em pleno regime militar, foi flagrantemente derrotado pelos burocratas das empresas estatais, fracassando em sua tentativa de cortar despesas nessa área. Por isso, é muito difícil acreditar no êxito do sr. Bresser Pereira, que precisará policiar não só as estatais, mas também governadores “amigos” do presidente da República, ministros de Estado, parlamentares e até prefeitos. Para que o déficit público diminua efetivamente é preciso mais que um controle permanente, mesmo que feito em tempo hábil. É preciso iniciar a desmontagem da máquina estatal hoje existente. É preciso reduzir o seu tamanho.

O ceticismo em relação à missão do ministro da Fazenda, que toma conta de toda a sociedade brasileira, explica o pessimismo no mundo dos negócios, espelhado pelas seguidas baixas nas Bolsas de Valores e pelos desabafos dos homens de empresa, que já antecipam o pior — as dificuldades que a Petrobrás vem encontrando para obter financiamento externo de curto prazo nas operações de compra de petróleo e a tensão crescente, que já provoca divergências até entre os membros da equipe do Ministério da Fazenda.

E se os que estão de fora — ou até no Exterior — estão tão céticos assim, imaginem quem está “por dentro”, como o próprio ministro Bresser Pereira. São essas considerações, postas ao lado das recentes declarações do ministro que comentamos no editorial ao lado e que, sem dúvida, marcam uma guinada significativa no comportamento que vinha mantendo até aqui, que nos trazem os piores presságios possíveis...